



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2023
AGO 27.04.2023**

De acordo com a Instrução CVM 481 de 17/12/2009 - Capítulo III - Artigos 8º a 21º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09).....	5
Anexo II: Remuneração dos Administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)	32
Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)	41

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**TEKA - TECELAGEM KUEHRICH S.A. – em recuperação judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 82.636.986/0001-55**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem no próximo dia 27 de abril de 2023, às 09:00 horas, no auditório do Centro de Gestão Humana, localizado na Rua 2 de Setembro, nº 2588, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC), em Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I – Em Regime Ordinário

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
2. Fixação do montante global dos honorários da Administração para o exercício de 2023; e
3. Destinação do Resultado do Exercício de 2022.

Informações complementares:

Aviso aos acionistas: Comunicamos aos Srs. Acionistas da TEKA – Tecelagem Kuehrich S.A. (“Companhia”) – em recuperação judicial, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76, do art. 25 da Instrução CVM nº 480/09 e dos arts. 9º e 12º da Instrução CVM nº 481/09, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022, que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia encontram-se à disposição na sede social na Rua Paulo Kuehrich, nº 68, bairro Itoupava Norte, Blumenau, Santa Catarina, e no site da Companhia (www.teka.com.br).

Comunicamos aos Srs. Acionistas da TEKA – Tecelagem Kuehrich S.A. (“Companhia”) – em recuperação judicial, que as publicações previstas na Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A”) e nas regulamentações editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), inclusive aquelas referentes aos documentos da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), serão realizadas por meio do Sistema Empresas.Net (acesso pelo site <https://www.gov.br/cvm/pt-br/>), dispensada a publicação em jornal de grande circulação, conforme autorizado pelos artigos 294-A e 294-B da Lei das S.A e pela Resolução CVM nº166/2022.

Dos documentos: Os Senhores Acionistas que não comparecerem, se for o caso, poderão ser representados por procuradores munidos da outorga, nos termos do art. nº 126, § 1º e 4º da Lei nº 6.404/76.

Do voto a distância: A Companhia disponibiliza nessa mesma data a opção de votação a distância conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 481/2009.

Medidas Sanitárias: Será mantida a distância de 1,5 metro entre cada participante e será disponibilizado álcool em gel 70% como medidas sanitárias à pandemia do Covid-19.

Em função do distanciamento social necessário e para a disponibilização de cadeiras, solicitamos que cada participante confirme a sua presença com no mínimo 48 horas de antecedência.

Blumenau (SC), em 24 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2022 foi marcado por diversos desafios, diante de incertezas que surgiram com a situação macroeconômica, alto patamar das taxas de juros e um conturbado cenário político.

Mesmo diante desta conjuntura a Companhia alcançou receita bruta de R\$ 343,8 MM, encerrando o ano 17,1% superior a 2021, onde atingiu R\$ 293,4 MM. No mercado interno um crescimento de 18,2% e no mercado externo 2,8% em relação ao ano anterior.

Dessa forma, a receita líquida do ano de 2022 foi de R\$ 266,1 MM, um incremento de 16,7% sobre o mesmo período de 2021, quando atingiu R\$ 228,1 MM.

No primeiro trimestre, como anteriormente informado, houve um curto circuito nas dependências das subestações de energia da unidade de Artur Nogueira/SP, causando um princípio de incêndio, o que acarretou em aumento significativo nos custos industriais para manter a produção e cumprir os compromissos assumidos, assim como a necessidade de investimentos para recomposição das subestações sinistradas. Situação que foi normalizada somente no mês de dezembro, com o religamento total da energia elétrica. Mediante essa situação a produção e faturamento da unidade de Artur Nogueira neste ano de 2022 ficou comprometida, refletindo diretamente no resultado da Companhia.

Diante disso, em 2022 verifica-se acréscimo no custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida, sendo 82,1% neste ano contra 80,7% no mesmo período em 2021, alcançando o montante de R\$ 218,6 MM.

A Companhia segue com foco e disciplina na redução de custos e despesas em geral, com avaliação constante de seus processos e estratégias, buscando amenizar os impactos do contexto atual.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ 54,2 MM, verifica-se redução de 49,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor de R\$ 108,2 MM. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 – Empréstimos, financiamentos e debêntures, em 2022 verificou-se inexistência de débitos financeiros e os devidos ajustes foram realizados nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento.

Cabe destacar que valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2018, conforme detalhados na nota explicativa nº 17 – Provisão para contingências e depósitos judiciais, houveram efeitos relevantes na posição patrimonial apresentada.

Nesse contexto o resultado alcançado no ano de 2022 foi negativo em R\$ 159,7 MM, contra um resultado negativo de R\$ 80,1 MM em 2021.

Todavia, a Administração permanece otimista, com foco no crescimento e rentabilidade, firme no propósito de realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

PRÊMIO FORNECEDOR DESTAQUE DA HOTELARIA 2022

Em janeiro de 2023, a Revista Hotéis divulgou resultado da votação dos Melhores Fornecedores da Hotelaria de 2022. Mais uma vez, a TEKA consagrou-se como Melhor Fornecedor de Enxoval de Cama e Banho, consolidando o trabalho de dedicação, credibilidade, relevância e reconhecimento da qualidade dos produtos da linha Profiline.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O relacionamento da Companhia com o público interno e externo tem como premissa sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental. No final do ano de 2022, a TEKA mantinha 1.269 colaboradores, (1.319 em 2021) para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao crescimento profissional e pessoal. Foram realizados em 2022 treinamentos direcionados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos. Com o programa de estágio e de aprendizes, estamos investindo nos jovens talentos. Cerca de 75 estudantes participaram deste programa. Quanto à sustentabilidade ambiental, a Companhia sempre mantém controles rígidos no tocante à poluição, sendo seu tratamento de efluentes extremamente efetivo.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Após o encerramento de mais um exercício, reforçamos nosso compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores.

Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2023.

A Administração

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os compromissos financeiros atuais estão sendo totalmente quitados onde a capacidade de pagamento é total. Quanto aos compromissos firmados pela gestão anterior a 2018 é essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos e renegociação com credores, para quitação dos mesmos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sem previsão de captação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Capital de giro	90.132	176.043	90.132	176.043
BRDE	12.910	11.587	12.910	11.587
Debêntures	278	211	278	211
Sujeitos à recup.judicial	397.283	369.344	397.283	369.344
Parcela Circulante	500.603	557.185	500.603	557.185
Debêntures	2.600	2.125	2.600	2.125
Parcela não circulante	2.600	2.125	2.600	2.125
	503.203	559.310	503.203	559.310

Taxas

Capital de giro	1 a 2,10% a.m. / 1% a.m.+INPC / 1 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m.
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Por data de vencimento				
Vencidos	38.154	134.806	38.154	134.806
Em até 6 meses	53.828	41.818	53.828	41.818
De 6 meses a 1 ano	11.338	11.217	11.338	11.217
Acima de 1 ano	2.600	2.125	2.600	2.125
Sujeitos à recup.judicial	397.283	369.344	397.283	369.344
	503.203	559.310	503.203	559.310

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Por tipo de moeda				
Reais	502.380	557.205	502.380	557.205
US\$	823	2.105	823	2.105
	503.203	559.310	503.203	559.310

Após criteriosa análise processual por parte do departamento jurídico da Companhia, culminando na emissão dos pareceres jurídicos nº. 002, 004, 005, 007 e 008 de 2022, concluiu-se pela inexistência de débitos financeiros no montante consolidado e atualizado de R\$ 117.561.

Assim, nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento, os débitos foram baixados e os respectivos efeitos no resultado reconhecidos em 12/2022, no montante total de R\$ 116.410, sendo R\$ 92.144 referente a

estorno de despesas outrora reconhecidas nas rubricas de encargos financeiros (nota 23) e R\$ 24.266 referente a outras receitas (nota 24).

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 171 milhões (R\$ 179 milhões em 31/12/2021).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.521 (atualizado R\$ 2.600) até 31/12/2022 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui limites de utilização dos financiamentos via desconto das duplicatas e operações de fomento sendo tomados 30% do contratado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21
Receita De Vendas E/Ou Serviços	265.473	227.640	16,6%	266.136	228.063	16,7%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(217.302)	(182.660)	19,0%	(218.558)	(184.020)	18,8%
Resultado Bruto	48.171	44.980	7,1%	47.578	44.043	8,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(159.589)	(20.421)	681,5%	(155.247)	(18.679)	731,1%
Com Vendas	(33.773)	(25.033)	34,9%	(34.745)	(25.745)	35,0%
Gerais E Administrativas	(14.241)	(11.581)	23,0%	(14.270)	(11.623)	22,8%
Outras Receitas Operacionais	27.685	17.285	60,2%	28.244	18.401	53,5%
Outras Despesas Operacionais	(138.373)	(779)	17.662,9%	(134.476)	288	-46.793,1%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(887)	(313)	183,4%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(111.418)	24.559	-553,7%	(107.669)	25.364	-524,5%
Resultado Financeiro	(49.704)	(106.293)	-53,2%	(54.223)	(108.242)	-49,9%
Receitas Financeiras	45.852	15.013	205,4%	45.910	15.033	205,4%
Despesas Financeiras	(95.556)	(121.306)	-21,2%	(100.133)	(123.275)	-18,8%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(161.122)	(81.734)	97,1%	(161.892)	(82.878)	95,3%
Corrente	-	-		-	-	
Diferido	1.432	1.616	-11,4%	2.202	2.760	-20,2%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(159.690)	(80.118)	99,3%	(159.690)	(80.118)	99,3%
Lucro/Prejuízo Do Período	(159.690)	(80.118)	99,3%	(159.690)	(80.118)	99,3%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(159.690)	(80.118)	
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-		-	-	
Resultado Por Ação	(317,38)	(159,23)	99,3%	(317,38)	(159,23)	99,3%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21
ATIVO TOTAL	1.088.604	1.048.844	3,8%	1.099.856	1.061.314	3,6%
ATIVO CIRCULANTE	106.031	89.286	18,8%	106.587	90.089	18,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	402	268	50,0%	551	610	-9,7%
Contas A Receber	59.768	43.267	38,1%	58.169	42.029	38,4%
Estoques	42.905	42.497	1,0%	43.756	43.153	1,4%
Tributos A Recuperar	300	356	-15,7%	792	788	0,5%
Despesas Antecipadas	30	16	87,5%	30	16	87,5%
Outros Ativos Circulantes	2.626	2.882	-8,9%	3.289	3.493	-5,8%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	982.573	959.558	2,4%	993.269	971.225	2,3%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.186	784.188	3,8%	814.644	784.976	3,8%
Contas A Receber	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	814.186	784.188	3,8%	814.644	784.976	3,8%
INVESTIMENTOS	47.436	48.851	-2,9%	5.116	5.115	0,0%
Participações Societárias	42.320	43.736	-3,2%	-	-	-
Propriedade Para Investimentos	5.116	5.115	0,0%	5.116	5.115	0,0%
IMOBILIZADO	120.704	126.362	-4,5%	173.262	180.977	-4,3%
INTANGÍVEL	247	157	57,3%	247	157	57,3%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21	31/12/2022	31/12/2021	% Var 22 x 21
PASSIVO TOTAL	1.088.604	1.048.844	3,8%	1.099.856	1.061.314	3,6%
PASSIVO CIRCULANTE	2.476.200	2.408.327	2,8%	2.544.912	2.472.231	2,9%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	879.792	842.136	4,5%	917.402	877.801	4,5%
Fornecedores	447.437	413.185	8,3%	449.180	414.821	8,3%
Obrigações Fiscais	410.406	375.285	9,4%	438.980	402.459	9,1%
Obrigações Fiscais Federais	239.766	210.599	13,8%	268.312	237.771	12,8%
Obrigações Fiscais Estaduais	130.464	132.928	-1,9%	130.492	132.930	-1,8%
Obrigações Fiscais Municipais	40.176	31.758	26,5%	40.176	31.758	26,5%
Empréstimos E Financiamentos	500.603	557.185	-10,2%	500.603	557.185	-10,2%
Empréstimos E Financiamentos	500.325	556.974	-10,2%	500.325	556.974	-10,2%
Debentures	278	211	31,8%	278	211	31,8%
Outras Obrigações	208.551	193.831	7,6%	208.680	192.682	8,3%
Passivos Com Partes Relacionadas	28.714	26.112	10,0%	35.807	32.401	10,5%
Outros	179.837	167.719	7,2%	172.873	160.281	7,9%
Provisões	29.411	26.705	10,1%	30.067	27.283	10,2%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	29.411	26.705	10,1%	30.067	27.283	10,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	530.361	398.305	33,2%	472.824	346.789	36,3%
Empréstimos E Financiamentos	2.600	2.125	22,4%	2.600	2.125	22,4%
Empréstimos E Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debentures	2.600	2.125	22,4%	2.600	2.125	22,4%
Outras Obrigações	63.901	55.707	14,7%	12.344	4.698	162,8%
Passivos Com Partes Relacionadas	51.557	51.009	1,1%	-	-	-
Outros	12.344	4.698	162,8%	12.344	4.698	162,8%
Tributos Diferidos	29.831	31.263	-4,6%	47.563	49.765	-4,4%
Provisões	434.029	309.210	40,4%	410.317	290.201	41,4%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	410.317	290.201	41,4%	410.317	290.201	41,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(1.917.957)	(1.757.788)	9,1%	(1.917.880)	(1.757.706)	9,1%
Capital Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	59.191	61.789	-4,2%	59.191	61.789	-4,2%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(2.036.579)	(1.880.927)	8,3%	(2.036.579)	(1.880.927)	8,3%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	28.023	29.463	-4,9%	28.023	29.463	-4,9%
Ajustes Acumulados De Conversão	5.074	5.553	-8,6%	5.074	5.553	-8,6%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	-	77	82	-6,1%

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados a produtos de banho, cama e mesa.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme exposto no item 10.1, o incêndio ocorrido na unidade de Artur Nogueira, limitou sua capacidade de produção afetando diretamente o faturamento e resultado operacional da empresa.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de produção e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. O aumento da inflação poderá afetar nossos negócios na medida em que corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão a consumir. Mesmo frente a isso a empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência. Nesse segmento que atuamos, existe uma exposição à variação de um único insumo (algodão) onde a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas principalmente no custo de produção. As elevadas despesas com captação de recursos, visto aumentos gradativos da taxa Selic, também nos afeta diretamente.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve fatos relevantes.

- c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas que tenham entrado em vigor que possam ter efeito significativo nas Demonstrações da Companhia.

- c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2020

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitido com abstenção de opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TEKA – TECELAGEM KUEHRICH S.A. (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)
Blumenau – SC

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Referência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração

interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 115.783 mil (R\$ 129.030 mil em 31 de dezembro de 2019) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.805.423 mil (R\$ 1.698.298 mil em 31 de dezembro de 2019). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil (R\$ 2.082.586 mil e R\$ 2.143.997 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil (R\$ 1.564.027 mil e R\$ 1.563.967 mil em 31 de dezembro de 2019). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, aliados a recente pandemia da COVID-19, citada na nota explicativa 4, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) e 2) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela RFB. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 662.750 mil em 31 de dezembro de 2019) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 514.073 mil controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 469.276 mil em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$ 349.070 mil (R\$ 329.508 mil em 31 de dezembro de 2019) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 180 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 150 mil em 31 de dezembro de 2019) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado (R\$ 307.276 mil controladora e R\$ 307.743 mil consolidado em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais de R\$ 33.877 mil controladora e R\$ 34.664 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.894 mil e R\$ 33.682 mil em 31 de dezembro de 2019), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras intermediárias não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✦ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✦ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- ✦ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✦ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

✦ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

✦ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras referente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com data de 27 de março de 2020, com abstenção de opinião fundamentada nos mesmos temas dos itens 1 a 6 da seção anterior “bases para abstenção de opinião”, que estamos mantendo no presente relatório.

Blumenau (SC), 16 de março de 2021.

Next Auditores Independentes S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

Ano de 2021

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHRICH S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 80.118 mil (R\$ 115.783 mil em 31 de dezembro de 2020) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.880.927 mil (R\$ 1.805.423 mil em 31 de dezembro de 2020). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil (R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil (R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil em 31 de dezembro de 2020). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia

por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 559.310 mil controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 514.073 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 369.344 mil (R\$ 349.070 mil em 31 de dezembro de 2020) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 211 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 180 mil em 31 de dezembro de 2020) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos

governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado (R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais de R\$ 35.810 mil controladora e R\$ 36.598 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.877 mil e R\$ 34.664 mil em 31 de dezembro de 2020), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos

procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas

controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 22 de março de 2022.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP
+55 11 3568 2868
Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR
+55 41 2101 1690
R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC
+55 47 3288 1979
R. Itapiranga, 233, sl. 17

Ano de 2022

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHRICH S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 159.690 mil (R\$ 80.118 mil em 31 de dezembro de 2021) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.036.579 mil (R\$ 1.880.927 mil em 31 de dezembro de 2021). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil (R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil (R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil em 31 de dezembro de 2021). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado (R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais de R\$ 37.668 mil controladora e R\$ 38.126 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.810 mil e R\$ 36.598 mil em 31 de dezembro de 2021), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fragilidades nos controles relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as fragilidades nos controles supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2022 no montante de R\$ 105.918 mil, conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o

expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas significativas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2022 em sua totalidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2022, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 23 de março de 2023.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP
+55 11 3568 2868
Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR
+55 41 2101 1690
R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC
+55 47 3288 1979
R. Itapiranga, 233, sl. 17

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não ocorreram.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não ocorreram.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não ocorreram.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não ocorreram.

- iv. contratos de construção não terminada

Não ocorreram.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2022 investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram em R\$ 2.412,7 (R\$ 3.214,7 mil em 2021). Para 2023, a Companhia tem previsão de investimentos pontuais na modernização do parque fabril, com foco na melhoria de nossa produtividade e competitividade.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

- Conforme demonstrado no item 13.2- letra F.

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

13 . Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

- A remuneração total anual da Diretoria será no máximo a estipulada na AGO, e do Conselho de Administração conforme estipulada por determinação judicial.
- Conforme estatuto da Companhia (artigo 10º) caberá ao Conselho de Administração a fixação dos valores individuais aos membros da Administração.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração
- v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

- Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.
- Diretora Presidente: Acumulando os cargos de Gestora Judicial e Presidente da Companhia, sendo eleita pela Assembleia Geral de Credores em 10/06/2019, mantendo sua remuneração conforme estipulada judicialmente.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.
- O reajuste da parcela fixa da remuneração da Diretoria da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não se aplica.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

31/12/2020 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	150.500,00	583.800,55	0,00	734.300,55
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaç�o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa�o				
Total da remunera�o	150.500,00	583.800,55	0,00	734.300,55

31/12/2021 - Valores Anuais	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remunera�o fixa anual				
Sal�rio ou pr�-labore	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59
Benef�cios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa�oes em comit�es	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descri�o de outras remunera�oes fixas				
Remunera�o vari�vel	0,00	0,00	0,00	0,00
B�nus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa�o de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa�o em reuni�oes	0,00	0,00	0,00	0,00
Comiss�oes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descri�o outras remunera�oes vari�veis				
P�s-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessa�o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa�o				
Total da remunera�o	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59

31/12/2022 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80

2023 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	202.000,00	805.250,00	0,00	1.007.250,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	202.000,00	805.250,00	0,00	1.007.250,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros

- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há remuneração baseada em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social

- perdas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há remuneração baseada em ações.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
- i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
- i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
- i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a.modelo de precificação
- b.dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c.método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d.forma de determinação da volatilidade esperada
- e.se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração (Reais)	50.166,68	308.051,40	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	50.166,68	275.748,98	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	50.166,68	291.900,19	0,00

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	60.000,00	373.671,25	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	373.667,25	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	60.000,00	373.669,30	0,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

- Diretoria e Conselho de Administração: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2020	2021	2022
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 734.300,55	R\$ 927.338,59	R\$ 962.795,80
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
%Partes Relacionadas	0,0%	0,0%	0,0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações sobre este item.

Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.